

“PARA QUE MAIS TARDE NÃO FALSEIES A HISTÓRIA”: MEMÓRIA E HISTÓRIA DO LIVRO “OUTUBRO, 1930”

“TO LATER DO NOT MISREPRESENT THE HISTORY”: MEMORY AND HISTORY OF THE BOOK “OCTOBER, 1930”

Flavia Salles Ferro*

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o livro *Outubro, 1930*, escrito por Virgílio de Mello Franco, publicado em 1931. O livro é uma memória sobre a Revolução de 1930, cujo autor foi político tradicional da Primeira República e um dos protagonistas do movimento revolucionário de 1930. É compreendido que o livro tem por finalidade legitimar a Revolução de 1930 através de críticas à Primeira República. Analisar, portanto, esta obra, permite ao estudioso ter acesso à síntese dos valores e ideais que compõem o imaginário político da sociedade brasileira da época, bem como as intencionalidades do autor na escrita do livro.

Palavras-chaves: Virgílio de Mello Franco; Primeira República; Revolução de 1930.

Abstract: This article aims to analyze the book “Outubro, 1930” written by Virgílio de Mello Franco, published in 1931. The book is a memoir about the 1930 Revolution, which the author was a traditional First Republic politician and one of the protagonists of 1930 revolutionary movement. It is understood that the book is intended to legitimize the 1930 Revolution through criticism of the First Republic. Analyze, therefore, this work, allows the student to access to the summary of the values and ideals that make up the political imaginary of Brazilian society of that time, as well as the writer’s intentions in writing the book.

Key words: Virgílio de Mello Franco, First Republic, 1930 Revolution.

A obra *Outubro, 1930*, como o título sugere, é relato de memória, escrito por Virgílio de Mello Franco, sobre a Revolução de 1930 e a conjuntura política anterior ao movimento. Publicado em 1931, o livro tem por finalidade analisar o passado com o intuito de legitimar o presente, neste caso, a Revolução de 1930, movimento que o autor do livro participou sendo um dos líderes.

Anteriormente à década de 1930, a política brasileira pautava-se na governação através do *liberalismo oligárquico*, ou seja, na coexistência de constituição liberal com

* Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestra dessa disciplina no curso de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde desenvolveu pesquisa sobre a trajetória política de Virgílio de Mello Franco sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ferreira, com financiamento da CAPES. Possui interesse na área de História do Brasil República, com ênfase nos estudos de História Política e História Cultural. Endereço eletrônico: flavia.sferro@gmail.com.

práticas políticas oligárquicas. Assim, a Primeira República foi baseada na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria. (RESENDE, 2010)

Segundo Boris Fausto (1972), a Revolução de 1930 foi o resultado de conflitos intraoligárquicos. Houve aliança entre as oligarquias dissidentes de São Paulo e os tenentes, com o objetivo de romper a hegemonia da burguesia cafeeira. A Revolução de 1930 foi, portanto, disputa pelo poder entre as oligarquias. Para Surama Sá Pinto e Marieta de Moraes Ferreira (2010), a Revolução de 1930 pode ser compreendida pela disputa do poder entre as oligarquias dominantes – Minas Gerais e São Paulo – no que tange as eleições de 1929. Minas esperava, nessas eleições, ocupar o cargo da presidência através da indicação oficial para o cargo, o que não ocorreu, sendo escolhido Júlio Prestes, um paulista.

Isto, junto ao interesse dos estados dissidentes em possuir poder maior nas decisões políticas e participação no Catete gerou o movimento conhecido como Revolução de 1930. Este evento não significa, segundo Pinto e Ferreira, a insatisfação com a política oligárquica, mas explicita as “dissidências existentes no interior das próprias oligarquias estaduais.” (FERREIRA; PINTO, 2010:404)

O Partido Republicano Mineiro discordou da candidatura de Júlio Prestes. A oligarquia mineira propôs para os Partido Republicano e Partido Libertador, do Rio Grande do Sul, que se aliassem para a indicação de outra candidatura, divergente da indicada pelo governo. Houve também o apoio da Paraíba, com a candidatura de João Pessoa para vice-presidente, formando, assim, a Aliança Liberal.

Esta coligação possuiu suas propostas pautadas em reformas no sistema político, entre as quais estavam a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Eles defenderam direitos sociais, como férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propuseram também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café, e diminuição das disparidades regionais. (PANDOLFI, 2003). Não havia, porém, programa industrializante, mas sim, diversificar a economia, livrando-a da dependência do café.

A Aliança Liberal era composta por militares que atuaram no movimento tenentista, políticos de oligarquias estaduais dissidentes e reformistas. É possível compreender que esse grupo representou a oposição, defendendo o rompimento com a política vigente da época. Enquanto setores da oligarquia dissidente desejavam

umentar seu poder político com o mínimo de transformações, os civis mais jovens, junto aos tenentes, desejavam rupturas com a política vigente. Defendiam a centralização do poder e reformas políticas e sociais.

Na Aliança Liberal, Virgílio de Mello Franco teve papel de dialogar entre os participantes, propagandear ideias. Após a vitória de Júlio Prestes e a derrota do candidato aliancista – Getúlio Vargas – nas urnas, Virgílio contribuiu na articulação do movimento armado. Foi um dos protagonistas da Revolução de 1930. Seu prestígio foi tanto que ficou conhecido tenente-civil.

O artigo tem como objetivo analisar o livro *Outubro, 1930* e compreender as ideias, articulações e enredo presentes na obra. É devido à importância de Virgílio de Mello Franco no movimento revolucionário de 1930 que seu livro é relevante obra a ser compreendida e problematizada. Nele estão expostas suas ideias sobre a Revolução e a política brasileira desta época. Dessa forma, o livro permite compreender o imaginário político da época através de narrativa de personagem que participou ativamente deste contexto.

Virgílio, em seu livro, analisou, principalmente, como ocorriam as sucessões presidenciais durante a Primeira República. São notórios os elogios a alguns políticos e diversas críticas a outros. Analisando, portanto, as opiniões de Virgílio quanto aos presidentes do Brasil, percebe-se que ele seguiu os interesses mineiros da época. Dessa forma, os presidentes apoiados pelo Partido Republicano Mineiro foram elogiados por Virgílio, enquanto que os não pertencentes à indicação pelo PRM foram criticados.

Ele analisa as sucessões presidenciais desde a proclamação da República. Faz críticas sobre a sucessão de Marechal Floriano, bem como de Prudente de Moraes e Rodrigues Alves, afirmando que eles foram decisivos na eleição do candidato que procederia. No entanto, ele apontou uma exceção no jogo político de que o candidato indicado pelo atual presidente era o eleito: na sucessão de Afonso Pena isto não ocorreu. Quando Afonso Pena morreu, o vice-presidente, Nilo Peçanha, assumiu. O então Presidente desejava ser sucedido por Pinheiro Machado, o qual não foi apoiado por Minas Gerais, repelindo, assim, a candidatura deste. Houve, então, a escolha pelo nome de Hermes da Fonseca, efetivando sua candidatura e posse.

Virgílio deixa evidenciado em seu livro a admiração e apoio que tem pelo governo Venceslau Brás que exerceu seu mandato durante a Primeira Guerra Mundial.

Mesmo diante de apreensões que moviam todos os países, o Brasil teve a economia em crescimento. Segundo Virgílio, “o Sr. Venceslau Brás foi sempre homem acompanhado por uma estrela que nunca se apagou...” (FRANCO, 1931:9)

É possível interpretar que o favorecimento por Venceslau Brás e Afonso Pena é devido a eles serem mineiros, indicados pelo PRM. Dessa forma, Virgílio os defende ardorosamente. Enquanto que os opositores ao PRM, como é o caso de Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha, é percebido o desgosto que ele possui por seus governos.

Esta interpretação é corroborada no discurso sobre o segundo governo de Rodrigues Alves que, ao falecer, foi sucedido por Delfim Moreira. O então vice-presidente em exercício foi apoiado por Minas Gerais, havendo diversos ministros mineiros, entre eles, Afrânio de Mello Franco, pai de Virgílio. Sobre o governo de Delfim Moreira, Virgílio afirmou que apesar da doença do presidente e do colapso do pós-guerra, o período que vai de 1918 a julho de 1919 é caracterizados como um dos mais felizes da história republicana do Brasil. (FRANCO, 1931:9)

A opinião e sentimentos de Virgílio de Mello Franco estão presentes também na narrativa sobre Epiácio Pessoa, tido como homem de “talento, cultura, patriotismo e bravura pessoal [...], único filho do Nordeste brasileiro que até hoje atingiu a presidência da República” (FRANCO, 1931:11). Porém, Virgílio não foi admirador de seu governo, afirmando que nele houve diversos erros.

As análises feitas sobre a Primeira República por Virgílio carregam discursos do período em que ele escreveu o livro – 1931 – com reinterpretações do passado. Há, portanto, uma interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. (POLLAK, 1989)

Sobre a sucessão presidencial de Epiácio Pessoa, Virgílio dedicou parte significativa de seu livro defendendo a candidatura de Artur Bernardes e, assim, opondo-se à de Nilo Peçanha. É importante salientar que Virgílio em seu livro *Outubro, 1930*, fez detalhado relato sobre a campanha de Arthur Bernardes, as eleições e como se procedeu à comprovação de falsificação das cartas publicadas no *Correio da Manhã*. Ele valorizou a candidatura e o merecimento do Arthur Bernardes para ser presidente da República.

Isto pode ser entendido pela proximidade de Virgílio com o governo Arthur Bernardes, na época das eleições de 1922. Virgílio foi, a pedido de Bernardes, a Europa

consultar responsáveis em perícias para comprovar a inautenticidade das cartas supostamente de autoria de Arthur Bernardes enviadas ao Clube Militar. Mas além desse fato, pode ser compreendido também por ser Arthur Bernardes o representante do Partido Republicano Mineiro em 1931, momento em que Virgílio também possuía representatividade no Partido, e escreveu seu livro de memórias.

No entanto, no livro, Virgílio não mencionou sua ida à Europa, sua participação em comprovar a falsidade das cartas, nem tão pouco, sua relação com Arthur Bernardes. Por quê?

Michael Pollak (1989) e Alessandro Portelli (1996) são estudiosos das relações entre memória e história. Nestes trabalhos é demonstrado que o não dito, o que é silenciado, é tão importante quanto o que é falado. Segundo Hebe Mattos: “Aqui, como em todo o processo de construção de memória coletiva, os episódios narrados são tão importantes quanto aqueles que são esquecidos ou sobre os quais – de forma eloquente – simplesmente se silencia” (MATTOS, 2005: 53-54). Outra reflexão a partir destes estudos sobre memória, é que esta é seletiva. Virgílio em seu livro, ao fazer as escolhas do que ele pretende narrar, está selecionando o que considera que deva ser lembrado. Da mesma maneira que não é casual seu silêncio em relação a determinados itens. Ele esquece porque não quer lembrar.

Corroborando com essa argumentação, é possível pensar que a não menção de Virgílio no livro *Outubro, 1930* sobre sua participação no desenrolar do episódio das cartas falsas não é irrelevante. Uma possível interpretação da razão de ele não mencionar é por não querer ser lembrado por esse episódio, ou ser associado a ele. Afinal, Arthur Bernardes governou sob estado de sítio, perseguiu duramente o movimentos sindical e o movimento tenentista. Para os opositores do regime, Bernardes surgia como a síntese de todos os males da Primeira República.

O objetivo de *Outubro, 1930*, foi narrar a situação política brasileira antes da Revolução de 1930 e o desenrolar da revolução por alguém que participou sendo um dos líderes do movimento. É dar seu testemunho à posteridade. Ele escreveu o que desejava que as pessoas se lembrassem. Por assim ser, é possível compreender que ele não deseja ser lembrado por ter relações diretas com Bernardes.

Uma possível interpretação da razão de seu silenciamento é o fato de, após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas ter tido estratégia política de romper com o poder

oligárquico e centralizar as forças políticas no seu governo. Dessa forma, Bernardes foi personagem que passou a representar o atraso, o que desejava ser superado. Virgílio, nos primeiros anos posteriores à revolução, foi apoiador fervoroso do governo Vargas. Portanto, uma interpretação possível da razão do silêncio de Virgílio com sua relação direta com Bernardes é não desejar ser relacionado com seu governo. Assim, ele conseguiu valorizar o governo de Arthur Bernardes sem, contudo, estar relacionado a ele.

Sobre a sucessão de Arthur Bernardes, houveram negociações entre os partidos de Minas Gerais e São Paulo para a escolha do candidato. Washington Luís foi escolhido. Era paulista, mas foi lançado por Minas Gerais. Virgílio de Mello Franco narrou em seu livro o esgotamento que a Nação vivenciava neste contexto devido ao governo de Arthur Bernardes. Refletiu que a população desejava paz: “Nenhuma eleição presidencial foi tão tranquila quanto a do Sr. Washington Luís. A Nação cansada, ferida por todos os lados com alvião de ponta aguda, que já nem mais tirava chispas de fogo – só almejava, só bradava pela paz” (FRANCO,1931: 69). No entanto, Virgílio defendeu que o governo de Washington Luís foi o contrário do que os brasileiros desejavam:

“as perspectivas não podiam ser melhores para o governo do sr. Washington Luís. Mas desgraçadamente, o presidente da República não só não correspondeu à simpatia com que foi recebido pela Nação, como excedeu, em brutalidades inúteis e violências desnecessárias, tudo quanto dantes era conhecido”. (FRANCO, 1931:70)

Sobre a sucessão presidencial de Washington Luís, Virgílio afirmou que o Presidente, com medo de perder seu prestígio pessoal e até a segurança de seu governo após a morte de Carlos de Campos, governador de São Paulo, articulou que tal cargo fosse ocupado por Júlio Prestes. A seguir, segundo Mello Franco, Washington Luís deu indícios de seu propósito em se fazer substituir, na presidência da República, por Júlio Prestes, “apresentando-o sempre, em toda parte, como uma sorte de “delfim” ou Príncipe de Gales...” (FRANCO, 1931:73)

Ao longo do livro, Virgílio demonstrou que as sucessões presidenciais eram determinadas pelo governo vigente da época e pelo acordo entre os partidos de Minas Gerais e São Paulo para saber quem lançaria a candidatura. Sobre a alternância de

governo entre São Paulo e Minas Gerais, Virgílio descreveu como desalentadora e fastidiosa monotonia. (FRANCO, 1931:62)

É sob esse contexto de descontentamento com as sucessões presidências e discordando da candidatura de Júlio Prestes, candidato de São Paulo, para presidente do país, que o PRM, propôs para o Partido Republicano do Rio Grande do Sul e o Partido Libertador do Rio Grande do Sul, estado esse com a terceira maior representatividade política, que se aliassem para a indicação de outra candidatura, divergente da indicada pelo governo.

Dessa forma, Afrânio de Melo Franco, pai de Virgílio, iniciou os diálogos com Assis Brasil. Havendo o interesse dos gaúchos, começam as negociações. Virgílio afirmou que no pensamento de Washington Luís, ao ser anunciado oficialmente a candidatura de Júlio Prestes, os diálogos e iniciativas para outro candidato se encerrariam, visto em:

“julgando-se dono e senhor da situação política de todo o país, o presidente da Republica não tinha inquietações. Na sua opinião, o ocupante do Catete comandava, através dos 20 governadores, outras tantas brigadas eleitorais. Para ele, candidato do governo era candidato vencedor, e tudo o mais bobagem...” (FRANCO, 1931:81)

É destacado em *Outubro, 1930* que o governo vigente tinha influência na decisão e na vitória do candidato para a presidência. No entanto, a Aliança Liberal tinha o discurso de acabar com essa prática. Na citação acima, Virgílio fez crítica à posição de Washington Luís, em que ele acreditou ser “dono da situação política de todo o país”. Mas até esse período quais eram os limites para as iniciativas sucessórias oriundas do presidente vigente? Virgílio apontou, ao longo de seu livro, que a candidatura do presidente era um acordo entre Minas Gerais e São Paulo. É pautando-se nisso que Washington Luís acreditava que colocaria fim às iniciativas aliancistas de propor outro nome além do sugerido pelo governo.

Após a decisão de que o candidato representante da Aliança Liberal seria Getúlio Vargas, Virgílio relatou que foi enviada carta desse candidato e também do então governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, a Washington Luís para que ele soubesse da confirmação da candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Washington Luís respondeu dizendo ser Júlio Prestes apoiado por todos os estados brasileiros, com

exceção de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A Paraíba, ainda não havia se manifestado.

Getúlio Vargas deixou para o Partido Republicano Mineiro tomar a decisão final de continuar com sua candidatura. Sendo a resposta afirmativa, Vargas pretendia conseguir fórmula conciliatória para a sucessão presidencial. Sobre Getúlio, Virgílio o descreveu:

“o sr. Getulio Vargas era, e é, um expoente dos defeitos e das virtudes da nossa raça. Homem de inteligência clara, bondoso e tolerante, a forma objetiva e concreta do seu patriotismo levava-o a temer não por si, mas pelo país os excessos da peleja bravia a que este seria arrastado pela intolerância do presidente da República. A verdadeira expressão da sua bondade nacionalista aconselhava-o a sacrificar tudo, a bem da tranquilidade de todos.” (FRANCO, 1931:101)

É importante atentar para a opinião de Virgílio de Mello Franco sobre Getúlio Vargas. Nesse período Virgílio foi defensor importante de Vargas, descreve-o como inteligente, bondoso, tolerante, patriota. Fez menção à sua “bondade nacionalista”, que se sacrificou para “tranquilidade de todos”. Sua opinião sobre Vargas mudará com o tempo. Virgílio de Mello Franco rompeu relações com Getúlio Vargas em 1933, quando disputou o cargo de interventor de Minas Gerais, e Vargas escolheu Benedito Valadares. Virgílio se tornou opositor de seu governo e contribuiu para o fim do Estado Novo.

Para que houvesse uma forma conciliatória de resolver a questão da sucessão presidencial de Washington Luís, Getúlio Vargas pediu a Afrânio de Mello Franco que enviasse uma carta ao ex-presidente Epiácio Pessoa, que nesse momento estava na Europa, a fim de conversar com Washington Luís, no intuito de convencê-lo a evitar luta fratricida. Tal carta foi descoberta pelo governo e publicada em jornal.

Quando Epiácio Pessoa chegou ao Brasil, Virgílio relata que o governo de Washington Luís estava utilizando de intensa violência para deter os aliancistas. Ele apresenta que chegando as eleições, “o governo da República perdeu, com a luta, a noção dos seus deveres e da sua compostura. Desde o chefe de estado até os funcionários facciosos, só havia uma preocupação: forçar por todos os meios a vitória do candidato do presidente da República.” (FRANCO, 1931:120)

Virgílio denunciou que a violência do governo ocorreu no país inteiro. Na Paraíba houve a demissão do fiscal do Lyceu. No entanto foi sustada a publicação do

ato até que a vítima se declarasse favorável à candidatura Prestes. O governo removeu e exonerou vários telegrafistas; demitiu o procurador da República; demitiu e transferiu empregados do porto; chamou ao Rio de Janeiro o diretor do Serviço de Algodão; demitiu o chefe do Serviço de Profilaxia extinguindo-o, ao mesmo tempo, para escarmento do Sr. João Pessoa, esse serviço. A Paraíba devia ao Banco do Brasil mil e quinhentos contos, garantidos por títulos do valor real de dois mil e oitocentos contos. Essa dívida foi cobrada para ser liquidada imediatamente. (Idem)

Outra demonstração de violência foi quando, a fim de impedir um comício no Espírito Santo, o governo provocou tumulto e a polícia disparou tiros, ocorrendo 20 mortes e 60 feridos. Em Montes Claros- MG, o governo remeteu oitocentos homens armados para garantir a estadia de Carvalho Brito e Mello Viana na cidade. Esses homens caminhavam pela cidade e, ao passarem em frente à casa de João Alves, um dos homens armados que o acompanhavam, jogou uma bomba e ocasionou a morte de João Alves. Reagindo a isso, homens armados que acompanhavam o falecido atiraram em seus capangas, generalizando-se, assim, o conflito. O resultado foi diversos mortos e feridos. (Idem)

O governo agiu principalmente nos estados dissidentes, sobretudo em Minas Gerais e na Paraíba, colocando esses estados como fora da lei:

“partindo da preliminar de que ter candidato à presidência da República é estar fora da lei, o presidente da República riscou aqueles três estados do mapa da nossa ordem constitucional, procurando desmontar por todos os meios e modos, os serviços federais nos seus territórios, indo até o extremo limite de perturbar a organização da justiça. As estradas de ferro, os telégrafos, os correios, o banco oficial, tudo enfim que dependia do governo federal passou a ser arma de agressão, nas mãos de uma facção política inescrupulosa e arbitraria.” (FRANCO, 1931:122)

É preciso historicizar tal ação de Washington Luís em considerar que “ter candidato à presidência da República é estar fora da lei”. Naquele momento histórico, havia um modelo vigente que tendia a controlar as disputas eleitorais a presidência da República. O candidato indicado pelo governo vigente era o que tinha garantida sua eleição. Por assim ser, Washington Luís discordou da mobilização da Aliança Liberal e agiu de maneira discricionária para impedir a eleição de Vargas. Essa era a maneira utilizada pelo governo para controlar a oposição. Para os membros mais extremados da

Aliança Liberal essas violências realizadas pelo governo traziam mais pessoas favoráveis às ideias aliancistas. Virgílio destacou:

“Nós outros, elementos mais extremados da Aliança Liberal, e que já então éramos francamente revolucionários, assistíamos a todos esses degradantes espetáculos com a seguinte mentalidade: quanto pior melhor... O governo federal, com os seus desmandos, fazia, junto aos elementos mais vacilantes, uma propaganda revolucionária muito mais eficaz do que a que nós próprios realizávamos.” (FRANCO, 1931:153)

Quando ocorreram as eleições, Júlio Prestes foi eleito presidente. Como de costume, ocorreram fraudes, compra de votos, sonegação. Virgílio critica as eleições e o resultado destas. Defendeu que o resultado se deu devido às diversas fraudes eleitorais, através de fechamento de urnas, negação de boletins, não instalação de mesas, adulteração fiscal, compra de votos, invasão de mesas com policiais, eleições antecipadas, sonegação. Essa situação política gerou um maior descontentamento político entre os aliancistas.

É importante ter em vista, que este jogo eleitoral, em que há fraudes, não foi praticado apenas pelo governo de Washington Luís, mas era rotineiro no contexto da República Oligárquica. O discurso opositor a essa prática fraudulenta de eleições é construção da memória dos revolucionários de 1930. Eles mesmos a praticaram nos anos anteriores quando participaram ativamente da política oligárquica. Como muito bem explica Pollak: “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.” (POLLAK, 1989:9) É, portanto, reinterpretação do passado em função de legitimar as batalhas do presente, no caso, do governo provisório instaurado após a revolução.

Após a perda nas urnas devido às fraudes, um grupo da Aliança Liberal iniciou conversações para realizar um levante armado, com o intuito de depor Washington Luís, antes mesmo de Júlio Prestes assumir a presidência.

Virgílio descreveu em seu livro as dificuldades de realizar a revolução, visto que a luta armada era tida como em último caso e não possuía o apoio absoluto dos três estados da Aliança Liberal. Virgílio apresentou os desânimos que Minas Gerais obteve muitas vezes, principalmente devido a Antônio Carlos, o governador do estado, possuir supremo horror à ideia de revolução, mas pressionado pelo seu compromisso com o Rio

Grande do Sul e possuindo indivíduos dispostos a pegar em armas, esse estado não desistiu.

Além das dificuldades ocorridas em Minas Gerais, para que se firmasse a decisão da revolução, o Rio Grande do Sul também sofreu algumas divergências internas. Virgílio discorre que enquanto Borges de Medeiros declarava na imprensa que a campanha presidencial havia se encerrado em 1º de março, Assis Brasil afirmava que a Frente Única Gaúcha iria, com seus aliados, às últimas consequências dos antecedentes estabelecidos. “Assim, pois, no caos rio-grandense, ao mesmo passo que um general mandava enrolar a bandeira, o outro dava ordens para que se desfraldasse a sua...” (FRANCO, 1931:146)

Mesmo com as divergências nos estados aliancistas, Virgílio e Batista Luzardo iniciaram diálogos para que a revolução fosse efetivada, sendo Virgílio um animador em momentos de desistência, percebido em correspondências entre os aliancistas. Os dois fizeram diversas viagens pelo país angariando aliados:

“eu, que era de certo modo o agente de ligação do setor mineiro com os demais, vivia todo tempo em viagem do Rio para Minas e de Minas para S. Paulo e vice-versa. A polícia fazia-me a honra de fazer seguir todos os passos que eu dava no Rio de Janeiro. Mas como eu sabia que era seguido, não me foi nunca difícil sair sem que os javerts do sr. Coriolano de Goes se apercebessem [...] Levava sempre um amigo em minha companhia. Assim, comigo viajaram, várias vezes, o Dr. Pedro Ernesto, o sr. Amaro Lanari, o Major Carlos Eiras e o Capitão Leopoldo Néri da Fonseca.” (FRANCO, 1931: 159)

Virgílio de Mello Franco teve grande importância nos diálogos para a concretização da coligação entre os estados, como é possível perceber na carta enviada por Virgílio de Mello Franco a Epiácio Pessoa, no dia 7 de setembro de 1929, em que diz: “Na campanha cívica em que estamos empenhados, cabe-me muita responsabilidade como um dos precursores da política de entendimento com o Rio Grande do Sul” (NABUCO, 1962: 5). Ele era o principal intermediário entre os tenentes e os veteranos chefes políticos no Rio de Janeiro.

Além da responsabilidade em diálogos para que concretizasse a revolução, foi visto anteriormente que Virgílio possuiu papel importante em conseguir empréstimo para Minas Gerais da quantia de três mil contos, a metade do valor que esse estado deveria pagar, em acordo firmado com os outros estados da Aliança Liberal.

Sobre esse acontecimento, é interessante analisar a narrativa de Virgílio. Ele descreveu em seu livro que José Bernardino Alves Junior percorreu todos os bancos nacionais e estrangeiros, os quais se recusaram a fazer negócio com Minas Gerais, receosos das represálias do governo federal. Assim sendo, coube a Virgílio conseguir custear através de empréstimos da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, um adiantamento de três mil contos sobre um contrato ainda não em vigor.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as conspirações entre os aliancistas, o governo repreendia tudo que ele sabia, com violência. O estopim para os membros da Aliança Liberal ocorreu com o assassinato de João Pessoa no dia 26 de julho de 1930, em Recife. O assassinato de João Pessoa foi assimilado com as manobras de detenção do governo aos aliancistas. Assim Virgílio apontou:

“o baque do corpo de João Pessoa sobre a terra sacudiu de uma forma dramática a Nação inteira, ecoando dolorosamente em todas as consciências. Nenhum brasileiro compreendia o crime da Rua Nova, em Recife, sem ligar à figura dos assassinos a dos membros do governo desatinado, ao qual a fatalidade entregara João Pessoa inerte e desprevenido”. (FRANCO, 1931:183)

No dia do acontecido, Virgílio estava chegando no Rio Grande do Sul. Assim, ele descreveu a insatisfação popular diante da morte de João Pessoa e a exigência de vingança que as multidões faziam. Respondendo a multidão, Osvaldo Aranha prometeu “vingança” através da revolução.

Os planos revolucionários ocorriam com sucesso no Rio Grande do Sul. Porém, nos estados do Norte, Minas Gerais e Rio de Janeiro havia problemas internos devido às pressões do governo, ocasionando as dúvidas quanto executar a revolução. Em *Outubro, 1930*, Virgílio descreveu sua importância nos diálogos a fim de incentivar a participação dos aliancistas e não permitir desistências.

O movimento sofreu divergências na proposta da data para acontecer. Inicialmente foi pensada na data de 25 de agosto de 1930, estando o movimento considerado deficiente para eclodir, a data foi adiada. Apesar da data não decidida, o movimento se tornava algo sem volta: “Estou certo de que qualquer um de nós preferia suicidar-se a ter que voltar atrás... Assim, estabelecemos, logo de saída, uma preliminar a saber: fossem quais fossem as circunstâncias, a nossa decisão de marchar para a revolução era já sem alternativa”. (FRANCO, 1931: 202)

Revista Semina V. 15, N.º 2, 2016 – ISSN 1677-1001
Artigo Recebido em 30/05/2015 - Aprovado em 30/10/2016

Apesar dos recuos da data para a revolução acontecer poder ser interpretado como fragilidade do movimento, Virgílio utiliza do otimismo para pensar que tais recuos de datas fizeram o governo pensar que a “revolução nada mais era do que um sonho de meia dúzia de exaltados” (FRANCO, 1931: 211), sendo então surpreendidos quando o movimento foi efetivado. Sobre o movimento, Virgílio afirma em seu livro:

“enquanto caminhava silenciosamente ao lado do sr. Osvaldo Aranha, ia rememorando, um a um, os episódios da luta. Através de uma nuvem, galopavam-me na cabeça, como uma lanterna mágica, os indignos episódios da campanha. As tropelias do Congresso; as violências da polícia; os dramas de Guaranhuns, de Vitória, de Natal e de Montes Claros; as fraudes eleitorais; o reconhecimento de poderes; a tragédia de Princesa e o assassinio de João Pessoa- foram, todos, fatos por tal forma graves que o morticínio e o drama sangrento na véspera iniciados estavam plenamente justificados.” (FRANCO, 1931:243)

É possível compreender que a memória que Virgílio de Mello Franco registrou sobre a Revolução é de um evento que trouxe justiça, pôs fim à violência do governo e às fraudes eleitorais.

Estudar o livro *Outubro, 1930* é uma maneira de conhecer a Revolução de 1930 a partir das ideias de um tenentista civil, Virgílio de Mello Franco, que lutou na Aliança Liberal desejando melhorias para a política e a sociedade brasileira. A partir do livro há uma compreensão das ideias de Virgílio sobre a política anterior a 1930 e também sobre o que almejavam os revolucionários. É uma importante fonte, pois foi produzida por um dos protagonistas da revolução um ano após a eclosão do movimento.

Entre as mudanças abordadas por Virgílio em seu livro, defendidas pelos revolucionários, estava o fim da política oligárquica em que a sucessão presidencial era decidida pelos governantes estaduais e eram revezados entre a indicação ora por Minas Gerais, ora por São Paulo, além do presidente da República ter grande influência nessa escolha. O programa aliancista defendia também o voto secreto, independência do Judiciário, reforma escolar, reforma administrativa, liberdade de imprensa e de pensamento, anistia para os revolucionários de 1922, 1924, 1925-1927, moralização do Poder Legislativo, fim da violência cometida pela polícia à mando do governo e adoção de medidas econômicas protecionistas para produtos de exportação além do café.

Defendia, por fim, melhorias sociais, como a extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho da mulher e da criança e aplicação da Lei de Férias.

Virgílio de Mello Franco em *Outubro, 1930* apresenta sua participação na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, defendendo para o leitor a importância que ele teve para que o movimento eclodisse. Ele fez viagens convencendo pessoas para que se aliassem à causa; conseguiu empréstimo de três mil contos para Minas Gerais, a metade do valor que esse estado deveria dar para investimentos em armamentos; era da ala dos líderes revolucionários, sendo responsável principalmente pelas conversações políticas.

Outubro, 1930 reproduz a versão de Virgílio sobre esses e outros acontecimentos que levaram à vitória da revolução, como mostra também momentos de desânimos e fracassos. No livro há o sentimento do autor sobre o movimento. A emoção da escrita, a paixão que ele defende ou critica os personagens é reprodução de sua memória, condizente com seus ideais e sentimentos.

Dessa forma, é percebido em seu livro que ele fez questão de enfatizar que a Revolução ocorreu para encerrar um sistema político do qual ele e outros aliancistas não concordavam, embora tivessem participado no passado, visando à transformação das práticas políticas, que deveria culminar com o encaminhamento de um novo projeto para a política no Brasil.

Virgílio usa da memória que ele possuía do evento e de sua participação nele para dar legitimidade aos argumentos contidos no livro, afirmando ser a verdade – a sua verdade – aquilo que escreveu, como é visto nas advertências iniciais que o autor escreve:

“descrevendo a campanha da Aliança Liberal, sei que uso, por vezes, de uma linguagem talvez viva demais. Para justificar qualquer azedume de expressões que porventura se note, sou forçado a assinalar a circunstancia de que a minha perspectiva foi a dos que assistiram ao drama do palco, e não da plateia... Escrevendo e publicando este livro, outro fim não tive senão o de fornecer uma contribuição pessoal, **para que mais tarde não se falseies a História**. Fiz bem? Fiz mal? O futuro dirá.” (FRANCO, 1931: XVIII) [grifo meu]

Virgílio estava preocupado para que “não falseies a verdade”, ou seja, para que a Revolução de 1930 fosse lembrada e pensada a partir do que ele pensa como verdade – a sua narrativa dos acontecimentos e da memória sobre ele mesmo. Ele fez sua escrita visando os leitores do futuro, para que aqueles que não participaram, nem ao menos “da

Revista Semina V. 15, N.º 2, 2016 – ISSN 1677-1001
Artigo Recebido em 30/05/2015 - Aprovado em 30/10/2016

plateia”, pudessem conhecer a ambiência da política republicana da época e os âmbitos traçados para que ocorresse a Revolução de 1930. Sobre a posição de Virgílio quanto ao proprietário da verdade dos fatos é visto também:

“testemunha presencial da urdidura revolucionária e da fase de luta, percebi, logo depois da vitória, que a história estava sendo mal contada, exatamente por aqueles que melhor a conheciam e que, por circunstâncias especiais, mais discretos deviam ser. Nada mais fiz do que levantar a ponta do véu...” (FRANCO, 1931: 267)

É percebido nessa citação que Virgílio de Mello Franco pensa que os relatos que estavam sendo feitos por pessoas que participaram da Revolução eram errôneos, uma vez que Virgílio não partilhava dessas memórias e opinião sobre o evento.

A relação atribuída entre a memória de Virgílio de Mello Franco sobre os acontecimentos anteriores e durante a Aliança Liberal e a Revolução de 1930 com a ideia de posse da verdade sobre o evento pode ser compreendida a partir da tese de Pierre Laborie. Esse historiador propõe que “a memória intervém na fabricação da opinião pela influência das representações dominantes do passado. Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação [...]” (LABORIE, 2009: 80-81). Laborie também articula que a memória é o espaço em que um ponto de vista é articulado como a veracidade do fato, visto em:

“faz-se da autenticidade, justamente atribuída à memória, uma espécie de garantia e de certeza de verdade. Por deslocamentos sucessivos, passa-se da memória portadora de uma verdade à memória lugar e expressão da verdade sobre o passado. O que era uma narrativa, uma representação ou um ponto de vista sobre o passado torna-se a história desse passado”. (LABORIE, 2009: 92)

A partir dessas ideias de Laborie, é possível entender que o discurso de Virgílio sobre sua narrativa da “verdade dos fatos” deriva de sua memória sobre os eventos e ações ocorridas no período da Aliança Liberal, que deram legitimidade à sua opinião, tornando-a, a partir de seu discurso, a verdade dos acontecimentos. Virgílio de Mello Franco deixou, para a posteridade, a maneira como ele gostaria de ser lembrado no futuro sobre sua participação no movimento civil-militar que transformou em passado a Primeira República.

Referências

- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo. Brasiliense, 1972.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 1.
- FRANCO, Virgílio Alvim de Melo Franco. *Outubro 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LABORIE, Pierre. "Memória e opinião." In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- MATTOS, Hebe. "Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro" In: RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.
- PANDOLFI, Dulce. "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. "O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico". In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.